



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

01/09/2016 - Convergência Digital

# Perfil da dívida da Oi é reestruturável. Disputa dos credores será pelo comando

Mesmo com os dados negativos do mercado - apenas 1% das empresas solicitantes da reestruturação judicial conseguiu sair do processo - a Oi, o primeiro caso do setor de Telecomunicações, tem um perfil muito favorável e deverá reestruturar suas operações, sinalizou o advogado Cassio Machado Cavalli, ao participar de painel sobre Recuperação Judicial, no 30º Seminário Internacional da ABDTIC, realizado em São Paulo.

"O passivo da Oi não é trabalhista, não é tributário, processos onde a recuperação judicial não é o melhor instrumento. O passivo da Oi é dívida financeira e a tele é capaz de gerar valor para custear a sua operação. O perfil da dívida é reestruturável. Mas a tele vai passar por uma dura disputa pelo comando por parte dos credores", pontuou Cavalli.

Posição compartilhada pelo advogado Eduardo Augusto de Oliveira Ramires. "Os credores não querem que a Oi quebre. Até porque se ela quebrar, ninguém vai receber ainda e haverá ainda outros percalços. O plano de recuperação judicial deverá ser aceito". Em posição considerada delicada - é credora e responsável por assegurar o funcionamento do setor de Telecom - a Anatel foi alvo de críticas no painel.

O secretário de Fiscalização de Infraestrutura de Aviação Civil e Comunicações do TCU, Mar-



celo Barros da Cunha, sustentou que a agência reguladora não foi capaz de fiscalizar a situação econômica das concessionárias, inclusive, no período onde o serviço de voz ainda era rentável. "Faltaram mecanismos de acompanhamento por parte da agência desde a privatização. E mesmo que o setor passe de concessionária para autorização será

preciso uma gestão melhor dos dados e um novo processo por parte da agência", colocou.

O assessor da Anatel, Isaac Pinto Averbuch, admite que a situação da agência é delicada - ela é credora, por parte do governo - e responsável por garantir que o consumidor não fique sem os serviços. "A distribuição dos ativos da Oi impacta nas outras teles. Não serão somente os clientes das outras empresas que não vão falar com os clientes da Oi, mas muitas não poderão falar entre si, caso a Oi passe por um processo de reestruturação de ativos. Isso teria uma repercussão política enorme. Isso não seria bom para ninguém", completou o especialista.

Para Eduardo Ramires, a agência reguladora, no processo de recuperação da Oi, terá de usar todos os seus 'chapéus'. "A Anatel não poderá ser só uma arrecadadora para a União. Ela não pode ser confundida como o Estado. A agência precisa enxergar o setor como um ambiente e fazer com que ele funcione", completou o especialista.



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

01/09/2016 - Telesintese

# Confirmada decisão sobre PMS da Telefônica de 2012

**O conselho diretor da Anatel resolveu manter a decisão que "desenquadrou" algumas áreas da Telefônica como detentora de poder de mercado.**

O conselho de diretor da Anatel concluiu hoje, 9, o processo sobre a revisão do Poder de Mercado do grupo Telefônica, que se arrastava desde 2012.

O grupo conseguiu demonstrar que em algumas áreas de São Paulo não poderia ser enquadrado com PMS porque havia mais de quatro competidores na região e o conselho diretor aprovou esse exclusão, mas mandou a empresa criar um sistema para manter as ofertas de banda larga e EILD transparentes, mesmo nessas regiões onde não tinha mais poder de mercado.

TIM e Oi recorreram a esse "desenquadramento", o que não foi aceito pelo conselho diretor, mas o conse-

lheiro Igor de Freitas considerou descabida a determinação do conselho de obrigar a empresa a manter um sistema com oferta de preços nas áreas onde não tinha mais poder de mercado. O conselheiro Zerbone pediu vistas do processo, apresentando hoje o seu voto, que acabou sendo aprovado por todos, inclusive por Freitas.

Zerbone propôs que se mantivesse a decisão do conselho tal como foi tomada – inclusive com o sistema de ofertas estabelecidos, já criado pela empresa – e na revisão do PGMC, em curso, fosse reavaliada essa questão.

01/09/2016 - Telesintese

# Novo Marco de Telecom sai do congresso neste ano, acredita MCTIC

**André Borges vê texto do PL tramitando com velocidade na Câmara e acredita em rapidez no Senado**

O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) trabalha com a perspectiva de ter um novo marco legal para as telecomunicações do país aprovado pelo Congresso ainda este ano. A velocidade é necessária para que a pasta consiga implementar políticas públicas, como editar um novo PNBL, até o final do governo de Michel Temer.

Segundo o secretário de telecomunicações, André Borges, o texto caminha rápido na Câmara e não deve emperrar no Senado. "Entendo que o projeto saia do Congresso até o final do ano. A Anatel já está, inclusive, preparando a metodologia do valor do benefício da troca da concessão por autorização", falou. Ele afirma que esse cálculo será colocado em consulta pública.

O entendimento é que o novo marco é fundamental para retomar os investimentos no setor. Borges defende que o atual estatuto da reversibilidade de bens emperra o interesse de investidores, e que o PL acena positivamente.

"Acabar com a reversibilidade vai incentivar o investimento em banda larga, sem o risco daquilo ser contaminado porque na rede passa um bit de STFC. Esse tipo de discussão tem que acabar. A última coisa que um concessionário deseja é disponibilizar seus ativos para que terceiros explorem serviços ao fim da concessão", falou.

### Revisão de regulamentos

Se o governo tem capacidade de mexer logo nas concessões, deve demorar mais para conseguir destravar as exigências presentes em regulamentos da Anatel. Borges diz que o governo quer aliviar as obrigações impostas às teles, visão que seria compartilhada dentro da agência.

O motivo é o retorno sobre o investimento, que no momento afasta capital devido ao risco menor de outras áreas da economia. "Tudo será feito com análises de impacto regulatório e consultas públicas. Vários regulamentos já estão no pipeline. Mas é um processo de longo prazo", disse.



# Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

02/09/2016 - Vermelho

## Cinco motivos para gritar: 'É golpe' e 'Fora Temer'!

O golpe não é apenas parlamentar, mas uma articulação entre as elites econômicas e políticas mais atrasadas do Brasil, um verdadeiro golpe de classe contra os interesses dos trabalhadores e das minorias. A participação de setores da mídia e do judiciário ajudou a criar a narrativa de que era democrático e necessário.

### 1) NÃO HOUVE CRIME DE DILMA

Talvez o maior motivo para gritar GOLPE é o fato de que só pode haver impeachment de um governante caso ele tenha cometido CRIME DE RESPONSABILIDADE. Ao contrário do que muitos foram levados a acreditar, Dilma não foi julgada por atos de corrupção. Diga-se de passagem, ela nunca foi acusada de tais atos, ao contrário dos que a julgaram, como bem apontou quase toda imprensa internacional. Também não foi julgada por ter feito um mau governo, até por que esse fato se corrige nas urnas, não através de impeachment.

A acusação que levou ao impeachment da presidenta Dilma foi a edição de três créditos suplementares, de valores irrisórios no gasto público total, que não aumentaram o gasto público e que estavam totalmente respaldados pela lei até o momento de sua edição.

Tanto é assim que até o Ministério Público Federal, ao investigar o caso, admitiu que não havia crime de responsabilidade cometido pela presidenta da República. No caso das chamadas "pedaladas fiscais", além de não configurarem crime de responsabilidade (como bem disse o MPF), foram atos praticados por ao menos 17 governadores em seus mandatos, dentre eles o relator do impeachment Antônio Anastasia (PSDB) e o governador de São Paulo Geraldo Alckmin (PSDB).

O pretexto dos créditos suplementares é tão supérfluo quanto irrelevante. Em 2015, o governo fez o maior ajuste fiscal da história. Como bem disse o economista Luiz Gonzaga Belluzzo, foi um ano marcado

pela contenção de gastos e pelo ajuste recessivo, pagando ao final do período TODAS as contas em atraso do governo federal. A retórica de que o desleixo fiscal levou à crise econômica é absurdamente falsa. A crise econômica levou à crise fiscal, e o rigor fiscal de Dilma foi o combustível da crise.

### 2) O VICE É UM TRAIADOR

Nem o então político americano Frank Underwood da série House of Cards conspirou tão abertamente contra um presidente eleito, a ponto dos criadores da série fazerem piada com a política brasileira e o vice golpista. Desde o ridículo episódio da carta pública em que Temer reclamava da "desconfiança infundada" da presidenta, passando pela divulgação "não intencional" de um vídeo falando como presidente mesmo antes da votação do golpe, o golpista não teve nenhuma vergonha de puxar o tapete de Dilma ao longo de todo processo de impeachment.

### 3) EDUARDO CUNHA É O LÍDER POLÍTICO DO GOLPE

O herói do golpe foi eleito presidente da Câmara com o apoio do PSDB e do "centrão" para desestabilizar o governo em conchavo com Temer e a oposição. Ele aceitou o processo de impeachment como mera retaliação ao PT, que havia anunciado que votaria pela cassação do deputado, notoriamente corrupto e portador de contas ilegais fora do país. Ter em Eduardo Cunha o mentor político do impeachment é uma mancha que os golpistas terão que carregar o resto da vida.

### 4) O GOLPE É O REFÚGIO DOS CORRUPTOS E OLIGARCAS

Mudar o governo foi uma estratégia de conveniência dos corruptos para "estancar a sangria", como disse o ex-ministro interino golpista Romero Jucá. Hipócrita, o golpe "contra a corrupção" produziu um governo recheado de investigados pela operação Lava Jato. Além de vários corruptos, a totalidade dos ministros de Temer são homens, brancos, velhos e ricos.



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

### 5) O GOLPE TEM MOTIVAÇÕES ECONÔMICAS E VISA A DESTRUIR DIREITOS

O governo interino mal assumiu o poder e já mostrou a quem serve. A lista de retrocessos é longa: "Privatizar tudo o que for possível", desmontar o SUS, reduzir salários, desvincular as aposentadorias do salário mínimo, entregar o pré-sal para os estrangeiros, desvincular recursos da educação e saúde, reformar a previdência para aumentar o tempo de trabalho, flexibilizar os direitos trabalhistas, retroceder na reforma agrária e na demarcação de terras indígenas etc. Todas mudanças que favorecem os ricos em detrimento dos pobres e dos trabalhadores, que acabarão pagando "a conta" da crise, mesmo sem perceberem. Assim, quer se consolidar o projeto do golpe, que é implementar um modelo privatista e concentrador do ponto de vista social.

Por fim, cabe lembrar que o golpe não é apenas parlamentar, mas uma articulação entre as elites econômicas e políticas mais atrasadas do Brasil, um verdadeiro golpe de classe contra os interesses dos

trabalhadores e das minorias no Brasil. A participação de setores da mídia e do judiciário foi fundamental para consolidar o golpe, em particular ao criar uma narrativa supostamente neutra e repetida em uníssono diariamente para a população de que o golpe era justificado, democrático e necessário. Basta perceber que aqueles veículos da grande mídia que olham o processo político de fora não têm dúvida: foi golpe!

#### E fora Temer!

**\*Ana Luíza Matos de Oliveira é economista (UFMG), mestra e doutoranda em Desenvolvimento Econômico (Unicamp); Guilherme Santos Mello é professor do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (CECON-UNICAMP); Pedro Rossi é professor do Instituto de Economia da Unicamp, diretor do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica da Unicamp e coordenador do Conselho Editorial do Brasil Debate.**

02/09/2016 - RBA

## Ivana Bentes: narrativa do impeachment foi construída pela mídia brasileira

Tempestade midiática foi calibrada e modulada, sua velocidade e intensidade foi gerida. Efeito co-produziu um exército de trolls nas redes e a polarização exacerbada entre direita e esquerda

The Intercept – Eis que a profecia autorrealizável se cumpriu. "PT deixa o governo após 13 anos" é a frase-slogan de triunfo de um grupo político 4 vezes derrotado nas eleições e estampado neste 31 de agosto de 2016 no site da Globo, deixando claro o que estava em jogo no impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

A operação jurídico-midiática que viabilizou o impeachment também explicitou um fato sabido: o negócio da mídia brasileira não é jornalismo e nem notícias, é construção de crise, instabilidade e "normalidade". É o que podemos chamar também de novelização das notícias e uma tentativa exaustiva de "direção de realidade".

Foi o que vimos desde o editorial de 1º de janeiro de 2015 de O Globo, que dava um ultimato a então presidenta Dilma Rousseff, eleita por 54 milhões de votos: "Margem de erro para Dilma ficou estreita", e mais tarde nos editoriais da Folha de S.Paulo e do

Estadão que pediam sem rodeios o impeachment e destituição da presidenta. Os jornais e mídias em uníssono falando de uma economia "em coma", desemprego, insatisfação da Fiesp, dos empresários, dos ricos e da classe média em revolta.

Neste período, vivenciamos um apocalipse-Brasil diário com os vazamentos da Lava Jato, prisões coercitivas, delações premiadas em série e pautas-bombas lançadas em operações casadas entre o judiciário, a polícia e seu braço comunicacional, a mídia. Uma narrativa histórica, novelizada e em transe, produzindo tempestades emocionais que anunciavam o "Juízo Final", expressão retomada pelo Estadão no editorial de 31 de agosto celebrando a "profecia" anunciada da destituição da presidenta do Brasil.

Leia mais em:

<http://www.redebrasilatual.com.br/blogs/blog-na-rede/2016/08/midia-brasileira-construiu-narrativa-do-impeachment-2979.html>



# Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

01/09/2016 - Vermelho

## Paulo Kliass: Desemprego e crise social

**A redução do desemprego depende da retomada da atividade mais geral da economia. E políticas públicas como o auxílio desemprego devem ser fortalecidos.**

O IBGE acaba de divulgar as informações mais recentes a respeito do desemprego em nosso País. No dia 30 de agosto a fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento tornou público o resultado da Pesquisa PNAD Contínua com dados do último trimestre.

A taxa oficial medida pelo IBGE para o período maio/junho/julho registra uma taxa de desocupação média nacional de 11,6%. Trata-se do mais elevado índice desde que uma nova metodologia foi incorporada no levantamento dos dados, em substituição à anterior Pesquisa Mensal do Emprego (PME). Esse número frio ganha mais significado quando se sabe que ele corresponde a um contingente de 11,8 milhões de pessoas que não estão com nenhuma fonte de remuneração associada a trabalho. Caso multipliquemos o número pelos dependentes familiares, teremos a noção mais aproximada do drama social em que o Brasil está mergulhando a cada dia que passa.

Como é sabido, esse quadro guarda uma relação íntima com a conjuntura da economia que atravessamos e com as opções de política econômica que foram adotadas pelos governos ao longo dos últimos tempos. Há exatos dois anos atrás, por exemplo, a taxa estava situada no patamar de 6,9%. Isso significa que, ao longo dos últimos 24 meses, assistimos a um impressionante aumento de 70% na taxa de desemprego. Ou seja, houve uma elevação de 5 milhões de pessoas no contingente dos que perderam empregos e permanecem sem recuperá-lo. Enquanto os grupos da base da pirâmide sofrem os efeitos perversos da crise, o topo se apropria com os ganhos da esfera do financeiro.

### **Aumento do desemprego só piora a crise**

No entanto, é importante ressaltar que o desemprego não é uma inevitabilidade histórica ou um castigo divino que cai sobre as cabeças dos trabalhadores e do povo. A forma de organização e a lógica de funcionamento da sociedade capitalista pressupõe um determinado tipo de "contrato" a ser celebrado entre o capital e a força de trabalho. Dentre os múltiplos aspectos dessa complexa dinâmica de relações, paira sobre os assalariados o espectro do chamado "exército industrial de reserva". Assim, a simples existência de uma parcela do universo de trabalhadores em condição potencial de adentrar o desemprego operaria como chantagem para reduzir a capacidade de negociação de salários e condições de trabalho de forma mais ampla.

Essa tendência faz com que a taxa de ocupação se localize entre as bandas de um limite inferior e outro superior. No

primeiro caso, trata-se de situações de economia aquecida, com alto índice de atividade e muita demanda por força de trabalho - o desemprego é baixo. Já o limite superior tem sua flexibilidade dada pela maior ou menor gravidade da crise econômica, com maior ou menor nível de recessão. Frente à redução da demanda por seus produtos, as empresas reduzem sua capacidade produtiva e provocam demissões de seus assalariados. Trata-se da conhecida lógica de redução de despesas frente à diminuição das receitas sob a ótica empresarial.

Ocorre que, mesmo para a lógica do capital, a imersão em tal quadro recessivo termina por comprometer a própria capacidade de geração de excedente. As empresas entram em situação falimentar, as relações entre elas passa a contar com alto grau de incerteza e uma parte do estoque de capital é destruído. Essa é um das razões, inclusive, para justificar a entrada em cena do Estado, com suas políticas públicas para facilitar a busca de saídas e minimizar as perdas do próprio sistema econômico dominante.

### **Políticas públicas para antecipar a saída da recessão**

O aprofundamento da crise econômica iniciada em 2008/9 ofereceu ao mundo um sem número de exemplos de medidas de apoio ao capital que passaram a ser adotadas pelas diferentes administrações estatais, inclusive em países que se orgulhavam de sua forte tradição "liberal". E assim foi a multiplicação dos fundos públicos para salvar grandes conglomerados próximos à falência, a utilização de recursos orçamentários para liquidar as dívidas do sistema financeiro, a ampliação de desonerações tributárias para estimular a retomada do nível de atividades, a concessão de subsídios de toda a ordem para que a demanda agregada fosse garantida.

Do outro lado, na ponta dos trabalhadores, lança-se mão da política pública de auxílio desemprego para minorar os efeitos sociais da perda do posto de trabalho e também para evitar que haja uma redução muito acentuada na capacidade de compra do rendimento das classes assalariadas. Trata-se de uma opção de política keynesiana clássica, uma condição essencial para permitir a superação mais rápida da adversidade associada ao quadro recessivo. O Estado gasta em nome do conjunto da sociedade para evitar o mergulho na crise mais grave e tal decisão será recompensada pela arrecadação tributária no futuro, em momentos de retomada da atividade econômica.